



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2025

Montepio Tesouraria

Fundo de Investimento

Mobiliário Aberto

 **Montepio Gestão de Activos**

Grupo Montepio

Fundo

Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

 Objetivo e Política de Investimento

 Rendibilidade e Risco

 Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

 Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

 Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

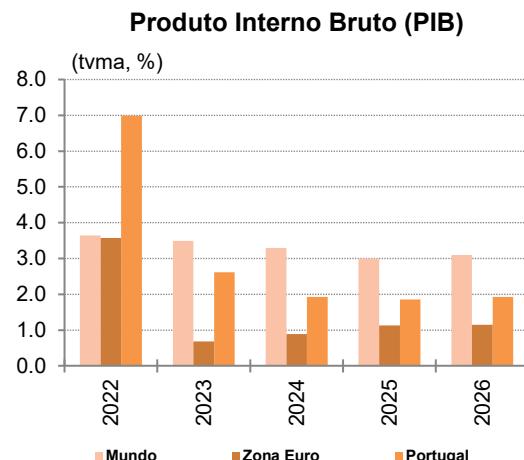
Economia Mundial

O primeiro semestre deste ano foi marcado pelo deflagrar da guerra comercial global esboletada pelo Presidente dos EUA, que veio, numa primeira fase (designadamente após o anúncio, em 2 de abril, das tarifas recíprocas que pretendia implementar), provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, com as economias a acabarem, durante a primeira metade do ano, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

Assim, na atualização do World Economic Outlook (WEO), em 29 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as suas previsões de crescimento global face às anteriores previsões de abril, de 2,8% para 3,0% em 2025, e de 3,0% para 3,1% em 2026, valores que ficam, no entanto, abaixo dos 3,3% registados em 2024 e da média histórica pré-pandémica de 3,7%.

O FMI referiu que a melhoria das perspetivas refletiu, essencialmente, o contexto de tarifas aduaneiras mais baixas do que o anteriormente antecipado, bem como condições financeiras das famílias e empresas mais sólidas, tendo, igualmente, o contributo do impacto favorável da depreciação do dólar sobre as economias emergentes. Contudo, o FMI deixou o alerta para o contexto de incerteza persistente, com as tarifas comerciais e as tensões geopolíticas a continuarem a pairar como os principais riscos sobre as perspetivas macroeconómicas.

Uma das regiões do globo mais beneficiadas pela revisão em alta das previsões do FMI foi a Zona Euro, com o Fundo a rever em alta (+ 0,2 p.p.) a previsão de crescimento do PIB em 2025, para 1,0% (+0,9% em 2024), mantendo a previsão de crescimento de 1,2% para 2026. Todavia, esta revisão em alta do crescimento da região para este ano reflete, essencialmente, um aumento historicamente elevado nas exportações farmacêuticas irlandesas para os EUA resultante do front-loading e da abertura de novas instalações de produção.



Para os EUA, o FMI passou a antecipar um crescimento de 1,9% do PIB (+2,8% em 2024), mais 0,1 p.p. que o previsto em abril, enquanto para 2026 passou a projetar uma expansão de 2,0%, mais 0,3 p.p. face às anteriores previsões.

A economia chinesa foi a que mais contribuiu para a revisão das previsões de crescimento do FMI, passando a antecipar um crescimento do PIB da China de 4,8% para 2025 (+5,0% em 2024), um valor 0,8 p.p. acima das previsões de abril, justificando essa forte revisão em alta com o crescimento no primeiro trimestre bem acima do esperado. Já para 2026, o FMI reviu em alta o crescimento em 0,2 p.p., para 4,2%.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2025 e também de 6,4% em 2026 (revisto em alta em +0,2 p.p. e +0,1 p.p., respectivamente), prevendo para a Rússia expansões de 0,9% em 2025 (revisto em baixa, em -0,6 p.p.) e 1,0% em 2026 (revisto em alta em +0,1 p.p.) e, para o Brasil, de 2,3% em 2025 e 2,1% em 2026 (revisões de +0,3 p.p. para este ano e de +0,1 p.p. para o próximo).

Relativamente à inflação mundial, o FMI prevê que mantenha a trajetória descendente, prevendo uma inflação global em queda para 4,2% em 2025 (+5,6% em 2024), representando uma revisão em baixa de 0,1 p.p. face às anteriores previsões, não tendo alterado a projeção de 3,6% para 2026. Porém, realça que o panorama esconde diferenças significativas entre países, com previsões que apontam para que a inflação permaneça acima da meta nos EUA e seja mais moderada noutras grandes economias.

O FMI alerta que as novas tarifas comerciais, agindo como um choque de oferta, deverão transmitir-se aos preços nos consumidores americanos gradualmente e atingir a inflação na segunda metade de 2025. Por outro lado, noutras economias, as tarifas constituem um choque de procura negativo, baixando as pressões inflacionistas.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2025 com um crescimento em cadeia de 0,6% no primeiro trimestre (+0,3% no quarto trimestre de 2024), surpreendendo pela positiva o mercado e refletindo, em particular, o forte desempenho da economia irlandesa (cresceu +7,4% em cadeia), cujas exportações líquidas terão beneficiado bastante do efeito de antecipação das tarifas aduaneiras das exportações para os EUA que eram previstas ser severamente agravadas no início do segundo trimestre. Neste sentido, o segundo trimestre do ano acabou por ficar marcado por algum efeito de correção, com a economia da região a subir 0,1% em cadeia (a Irlanda recuou 1,0%), perspetivando-se *grosso modo* uma estabilização no 3.º trimestre (é expectável que a Irlanda continue a corrigir) e depois um regresso aos crescimentos da atividade no último trimestre do ano, mas a um ritmo modesto, refletindo o atual contexto global bastante adverso (v.g., guerra comercial e conflitos militares em curso).

Após alguma aceleração da economia da região no conjunto do ano de 2024, para um crescimento de 0,9% (+0,7% em 2023), beneficiando de algum alívio do contexto de elevada inflação e de elevadas taxas de juro que tinham condicionado bastante a atividade no ano

precedente, perspetiva-se uma nova ligeira aceleração da economia em 2025, mas para um crescimento ainda reduzido, de apenas 1,1%, um cenário que é marginalmente mais favorável que as mais recentes projeções do FMI (+1,0%, em 29 de julho), da OCDE (+1,0%, em 3 de junho), estando também ligeiramente acima do projetado pela Comissão Europeia (+0,9%, em 19 de maio) e o BCE (+0,9%, em 5 de junho).

Ao longo do 1.º semestre deste ano, assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com o indicador homólogo a fechar o semestre nos 2,0%, em linha com o objetivo de inflação de médio prazo do BCE e abaixo do observado no final de 2024 (+2,4%), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% verificado em outubro de 2022. Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2024 de 5,4% para 2,4%, devendo prosseguir ao longo deste ano a trajetória descendente – não obstante os riscos ascendentes provocados pelo recente agravamento da situação no Médio Oriente e pela guerra comercial em curso –, prevendo-se uma inflação média anual em torno de 2,1% em 2025.

Face ao contexto de manutenção da tendência descendente da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de descidas das suas taxas de juro diretoras em junho de 2024, tendo ao longo do primeiro semestre deste ano dado continuidade a esse ciclo, com mais quatro cortes de taxas nas reuniões de janeiro, março, abril e junho, com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem o semestre em 2,15% e 2,00%, respetivamente, após terem encerrado o ano de 2024 em 3,15% e 3,00%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2025 com uma descida em cadeia do PIB de 0,4% no primeiro trimestre, contrariando as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade e que terá representado, essencialmente, um efeito de correção face ao intenso crescimento observado no último trimestre de 2024 (+1,4%). A economia regressou, como esperado, aos crescimentos no segundo trimestre, ao expandir 0,6%, devendo também apresentar ao longo na segunda metade do ano crescimentos médios trimestrais em torno de 0,6%.

Em termos médios anuais, perspetiva-se uma manutenção do crescimento em 2025, com o PIB a dever avançar em torno de 1,9%, depois de já ter crescido 1,9% em 2024, em abrandamento face à expansão de 2,6% em 2023 e 7,0% em 2022, este último o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,6% em 2021 e a diminuição histórica de 8,2% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia Covid-19). A economia portuguesa deverá, assim, continuar a expandir mais do que a Zona Euro, com estas perspetivas de crescimento para o ano em curso a encontrarem-se em linha com as mais recentes previsões da OCDE (+1,9% em junho), estando acima das projeções do Banco de Portugal (+1,6% em junho) e da Comissão Europeia (+1,8%, em maio) e abaixo das do Governo (+2,4%, em abril) e do FMI (+2,0%, em abril).

Ao nível dos preços, assistiu-se, ao longo do primeiro semestre, a um abrandamento da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC), dos 3,1% observados em dezembro de 2024 para 2,1% em junho deste ano, ficando já próxima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE (em março e maio ficou inclusivamente abaixo), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. Depois da descida da inflação em 2024, dos 5,3% observados em 2023 para 2,7%, perspetivamos uma nova redução este ano – não obstante os riscos ascendentes provocados pelo conflito militar no Médio Oriente e pela guerra comercial em curso –, para uma inflação média anual em torno de 2,0% em 2025.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma ligeira tendência de descida da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, passando dos 6,5% com que havia terminado o ano de 2024 para 6,0% em junho. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 6,3%, ligeiramente abaixo dos 6,4% observados em 2024 (6,5% em 2023).

Após a redução do excedente orçamental em 2024, de 1,2% do PIB em 2023, para 0,7%, espera-se uma nova descida este ano, que tem vindo a ser corroborado pelos dados da execução orçamental disponibilizados ao longo do primeiro semestre, com o saldo orçamental em 2025 a dever ficar em torno do valor de 0,3% previsto pelo Governo no Orçamento de Estado para 2025 (e reiterado em abril no Relatório Anual de Progresso 2025, entregue à Comissão Europeia). Por sua vez, o rácio de dívida pública sobre o PIB deverá manter ao longo deste ano a trajetória descendente iniciada em 2021.

A taxa de poupança dos particulares deverá descer em 2025, para um valor em torno de 11,7%, depois dos 12,5% registados em 2024, dos 8,3% em 2023 e dos 7,3% em 2022, e após já ter alcançado picos de 11,0% em 2021 e 12,0% em 2020, devido à acumulação ocorrida durante os períodos de confinamento da crise pandémica.

Mercados Financeiros

No primeiro semestre deste ano, assistiu-se a uma elevada volatilidade do sentimento dos mercados, refletindo, designadamente, os receios dos investidores quanto ao impacto da guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, que, entretanto, foram diminuindo à medida que iam sendo adiadas as aplicações dessas tarifas ou anunciados acordos comerciais com tarifas mais favoráveis do que as inicialmente avançados por Trump (em 2 de abril), traduzindo-se, em termos globais, num semestre de ganhos, particularmente para os mercados acionistas. Este sentimento positivo foi suportado, essencialmente, pela resiliência das economias face à referida guerra comercial (após em abril e maio ter aumentado a probabilidade de uma recessão global, em especial nos EUA), pelos resultados positivos dos testes de *stress* realizados aos bancos dos EUA (que demonstraram resiliência perante uma recessão severa), pela boa época de resultados das empresas norte-americanas e, mais recentemente, pelo alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e com o impacto das tarifas de Trump na inflação nos EUA a ser inferior ao inicialmente esperado.

Assim, as principais bolsas mundiais mantiveram a tendência de recuperação iniciada em 2023, com variações positivas nos EUA, na Europa, na Ásia e na América Latina, e com o índice MSCI mundial a subir 9,1%. Em todo o caso, os preços das ações foram flutuando ao longo do semestre, influenciados por fatores como a elevada probabilidade de uma recessão global espoletada pela guerra comercial, a continuação da guerra entre a Rússia e Ucrânia, e os receios relativamente aos conflitos em curso no Leste da Europa e no Médio Oriente, os quais se intensificaram recentemente, com a escalada do conflito militar entre Israel e o Irão e o envolvimento direto dos EUA.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas no primeiro semestre de 2025, com o S&P 500 a avançar 5,5%, alcançando novos máximos históricos em fevereiro, mas tendo caído fortemente em abril, em resultado do anúncio das tarifas de Trump, voltando depois em maio e junho a recuperar das fortes quedas e a fazer novos máximos históricos. O Nasdaq exibiu uma subida semelhante (+5,5%) no conjunto do semestre, ao passo que o Dow Jones valorizou 3,6%, aproximando-se do máximo histórico observado no início de dezembro de 2024.

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias. O Eurostoxx 50 subiu 8,3%, o índice português PSI valorizou 16,9%, mas o francês CAC 40 apenas 3,9%. Em termos setoriais na Europa, destaca-se as valorizações observadas na banca (+29,1%), nas *utilities* (+17,3%), na construção (+15,7%) e nos seguros (+15,3%). Nos EUA, o comportamento setorial foi também maioritariamente positivo no primeiro semestre, com destaque para a indústria (+12,0%), os serviços de comunicação (+10,6%) e os serviços financeiros (+8,4%, com a banca a valorizar 13,0%), as *utilities* (+7,8%) e as tecnologias de informação (+7,7%), após subidas na ordem de 35% em 2024 dos serviços financeiros (com o subsetor da banca com mais de 40%), dos serviços de comunicações e das TIC. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de 2,5%, abaixo das demais ações (+7,5%), após as primeiras terem avançado 48,0% em 2024, o triplo das demais ações (+14,5%).

Com a continuação do ciclo de descida das taxas de juro diretoras ao longo do primeiro semestre, iniciado em meados de 2024 e que se seguiu ao ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que culminou em setembro de 2023, as taxas Euribor apresentaram descidas no primeiro semestre (-77 p.b. nos 3 meses, -52 p.b. nos 6 meses e -39 p.b. nos 12 meses) e fecharam em 1,944% nos 3 meses, 2,049% nos 6 meses e 2,072% nos 12 meses, evidenciando um reduzido diferencial entre os prazos.

As *yields* da dívida pública de referência apresentaram comportamentos mistos, mas tendo subido na Europa, nos prazos mais longos. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos desceram 22 p.b., para 1,861% (refletindo os cortes de taxas do BCE), mas nos 10 anos avançaram 24 p.b., para 2,607%, nomeadamente em resultado da reação dos investidores ao plano de investimentos em defesa e infraestruturas apresentado pela Alemanha, que poderá implicar, simultaneamente, mais necessidade de financiamento do país, mais inflação e mais crescimento económico, fatores que concorrem para níveis de *yields* mais elevados.

Nos EUA, as *yields* desceram 52 p.b. nos 2 anos, para 3,719%, com os 10 anos a registarem também uma queda (-34 p.b.) para 4,228%, afastando-se do máximo desde julho de 2007 verificado em 19 de outubro de 2023 (4,9898%).

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade* (o índice Itraxx Cross-Over desceu 36 p.b. para os 282,5 p.b., o Itraxx Financials 5 p.b., para 58,8 p.b., e o Itrax também 5 p.b., para 54,6 p.b.). Observou-se, igualmente, um comportamento favorável nos *spreads* das *yields* da dívida pública da maioria dos países periféricos da Zona Euro, com a Itália a destacar-se pela positiva (-29 p.b., para 87 p.b.), seguindo-se a Grécia (-16 p.b., para 69 p.b.), Espanha (-6 p.b., para 63 p.b.) e Portugal (-3 p.b., para 45 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha, observando-se apenas um ligeiro alargamento na Irlanda (+4 p.b., para 31 p.b.) A contribuir para o desagravamento dos *spreads* estiveram, designadamente, a tendência de alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e a resiliência das economias às medidas protecionistas impostas por Donald Trump.

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos mistos, com o índice compósito *CRB Index* a subir 0,2%, mas o *GSCI* a descer 1,2% (depois da subida de 2,6% em 2024), este último sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu uma queda de 7,6%), num contexto de diminuição dos preços do brent e do *WTI (West Texas Intermediate)* de 9,4% e 9,2%, respetivamente (os preços do gás na Europa recuaram 35,8% no 1.º semestre, apesar de terem subido 56,5% em 2024 e recuado 56,8% em 2023), e das agrícolas (-7,7%), sendo suportado pelos metais de base (+6,2%), pelo gado (+18,4%) e pelos metais preciosos (+25,1%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2025

Ao longo da segunda metade deste ano, as perspetivas de manutenção da tendência de gradual descida da inflação e de crescimento do emprego a nível global, bem como a continuação dos cortes nas taxas de juro (embora aqui apenas nos EUA e inferiores aos anteriormente previstos), deverão ajudar a compensar o necessário aperto orçamental em alguns países, esperando-se que a resiliência das principais economias se mantenha.

Contudo, as expectativas de uma relativa manutenção do crescimento da economia global para este ano escondem divergências entre países e blocos económicos e continuam a estar rodeadas de uma elevada incerteza e riscos descendentes, destacando-se os relacionados com o aumento das tensões comerciais e do protecionismo, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios às políticas orçamentais em alguns países.

Com efeito, na já mencionada atualização do WEO, em 29 de julho, o FMI manteve um tom cauteloso sobre os riscos para a economia global, apesar da já referida revisão em alta das previsões de crescimento global, considerando que os riscos para as perspetivas de crescimento inclinam-se para o lado negativo. Entre os principais riscos identificados pelo FMI está um agravamento adicional das taxas tarifárias efetivas, que poderia levar a um crescimento mais

fraco. De acordo com as simulações do FMI, o crescimento económico global em 2025 seria aproximadamente 0,2 p.p. mais baixo se o máximo das taxas tarifárias de 2 de abril e as taxas tarifárias nas cartas enviadas até 14 de julho fossem implementadas.

Adicionalmente, uma escalada das tensões geopolíticas, particularmente no Médio Oriente ou na Ucrânia, poderia introduzir novos choques de oferta negativos na economia global, enquanto as vulnerabilidades orçamentais poderiam tornar-se mais salientes, com implicações para os mercados financeiros e repercussões na economia real.

Face a este cenário, o FMI recomenda que os países reduzam a incerteza induzida por políticas económicas, promovendo estruturas comerciais claras e transparentes. Em termos de política monetária, o FMI refere que os bancos centrais devem calibrar, cuidadosamente, as políticas monetárias às circunstâncias específicas de cada país para manter a estabilidade de preços e financeira num contexto de tensões comerciais prolongadas e tarifas em evolução.

Em termos globais, persistem, assim, uma série de riscos e incertezas sobre as perspetivas de crescimento global: *i*) Israel mantém-se em guerra com o Hamas, mas houve um cessar-fogo com o Irão; *ii*) permanece a guerra na Ucrânia; *iii*) a intensidade da trajetória de descida das taxas de juro e o respetivo ponto terminal; *iv*) a capacidade de as economias evitarem um cenário de estagflação (aumentaram recentemente os riscos sobre o mercado de trabalho dos EUA); *v*) o potencial impacto do aperto monetário em 2022-2023 sobre o nível de incumprimento dos agentes económicos e consequências sobre a estabilidade do sistema financeiro; *vi*) a incerteza relativamente à intensidade e grau de concretização das medidas protecionistas de Trump (os acordos dos EUA com a China e a União Europeia têm ainda várias questões em aberto).

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade deste ano), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do BdP no seu último Boletim Económico de junho, os riscos em torno das projeções para a economia portuguesa apresentam-se negativos para a atividade económica e equilibrados para a inflação. O crescimento pode ser menor se as tensões comerciais a nível global se agravarem, se a incerteza económica persistir ou em caso de dificuldades na execução dos fundos da UE. Em sentido contrário, a resolução dos conflitos armados e um aumento dos gastos em defesa em Portugal podem ter um impacto positivo na atividade. A manutenção dos equilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa é uma condição necessária para enfrentar um enquadramento internacional desfavorável.

Com efeito, ao nível da atividade económica, segundo o BdP, um agravamento das tensões comerciais implicaria um maior impacto sobre as cadeias de abastecimento globais, o comércio mundial e a procura externa dirigida a Portugal. As políticas económicas dos EUA, incluindo a

orçamental, podem ter também efeitos mais adversos sobre a confiança e os mercados financeiros e cambiais, reforçando o impacto negativo sobre a atividade. Os riscos em baixa relacionados com o prolongamento dos atuais conflitos armados mantêm-se. As dificuldades em executar integralmente os fundos europeus implicam riscos em baixa para o investimento. Da mesma forma, um aumento da incerteza pode resultar num aumento da poupança privada, com impacto negativo no consumo privado. Em sentido contrário, a resolução dos conflitos armados pode gerar uma recuperação da atividade na Europa com impacto positivo na procura externa dirigida a Portugal. O aumento da despesa em defesa em Portugal, no quadro de compromissos internacionais, constitui também um risco em alta para a atividade.

Ao nível da inflação, o BdP considera que os riscos em baixa estão associados à possibilidade de um enfraquecimento da atividade económica. Estes riscos podem ser acentuados pelo impacto sobre os preços dos bens importados de um cenário de maior penetração dos produtos asiáticos na Europa, em resultado das barreiras à entrada no mercado americano. No entanto, uma potencial retaliação por parte da UE às tarifas impostas pelos EUA teria efeitos opostos sobre o deflator das importações.

Riscos e Incertezas com impacto no Sistema Financeiro / Bancário e no Banco Montepio

O ciclo de descida de taxas de juro anteriormente referido constitui um dos maiores desafios para 2025 pelo potencial impacto na rendibilidade dos bancos em Portugal, situação que poderá conduzir a um maior enfoque nas restantes componentes de geração do produto bancário e na eficiência da gestão dos custos operacionais, em linha com as conclusões do último risk assessment questionnaire (RAQ) da EBA – maio de 2025.

A redução da confiança dos agentes económicos, resultante da incerteza global, tende a retrair decisões de despesa, em particular de investimento, com reflexo na atividade das empresas. As empresas mais afetadas pelas políticas comerciais estaduais e/ou pela retração do consumo, poderão sofrer impactos que se podem estender à geração de emprego. A atividade creditícia dos bancos, tanto ao nível da dinâmica de concessão como da qualidade da carteira, pode assim ser negativamente afetada.

No mercado imobiliário português e apesar do nível historicamente baixo do rácio de custo do risco (praticamente nulo), permanece ainda incerta a evolução da performance dos créditos para compra de habitação e das imparidades para crédito num cenário de degradação económica e de maior nível de desemprego.

Nos novos desafios à sustentabilidade do modelo de negócio, estão cada vez mais presentes, na análise de risco, os fatores climáticos e ambientais (riscos de transição e riscos físicos) e a mitigação dos riscos inerentes às inovações tecnológicas, não só os relacionados com a prevenção de fraudes digitais, mas também com uma nova vertente relacionada com o nível de concentração de fornecedores de sistemas considerados críticos. Para fazer face a estes últimos, entrou em vigor a 17 de janeiro de 2025, a regulação DORA (Digital Operational

Resilience Act), com o objetivo de assegurar uma maior resiliência operacional digital do setor financeiro.

A insuficiente informação disponível sobre a dimensão da interligação entre sector bancário e o sector financeiro não bancário (SFNB) tem levado as entidades de regulação e de supervisão a reforçarem o acompanhamento do SFNB, alertando para o potencial risco sistémico.

Acrescem as pressões sobre o risco operacional, em especial no que respeita à cibersegurança, num contexto de elevada exigência para as tecnologias de informação, no sentido de responder às exigências comerciais e de compliance. Neste âmbito, as fintechs com modelos de negócios de baixo custo poderão capturar maiores receitas em segmentos de negócio de nicho, pelo que a transformação digital e o aproveitamento da Inteligência Artificial continuarão a ser fundamentais para a inovação do sistema bancário.

Sistema Financeiro

Apesar das vulnerabilidades económicas e geoestratégicas identificadas nos pontos anteriores, com reflexo tanto na atividade dos agentes económicos como das entidades financeiras, o sistema bancário português continuou a evidenciar resiliência, com os níveis de capitais próprios e de liquidez a atingir máximos históricos. O ciclo de descida de taxas de juro iniciado no segundo semestre de 2024 tem potenciado, por um lado, uma maior dinâmica na concessão de crédito, especialmente a Particulares, mas por outro uma diminuição da margem financeira, com reflexo nos níveis de rendibilidade registados.

De acordo com informação publicada pelo Banco de Portugal, no 1.º trimestre de 2025, tanto a rendibilidade do ativo (ROA) como a do capital próprio (ROE) diminuíram quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, - 0,11 p.p. para 1,29% e -1,54 p.p. para 13,94%, respetivamente. A descida das taxas diretoras do Banco Central Europeu (à diminuição de 1 p.p. na taxa de facilidade permanente de depósito, registada nos primeiros seis meses de 2025, adiciona-se igual variação em 2024) foi decisiva para a quebra da margem financeira, que passou de 3.158 M€ em março de 2024, para 2.910 M€ em março de 2025. Releva-se que apesar da significativa diminuição dos juros e encargos similares (-188 M€), a redução dos valores cobrados a título de juros e rendimentos similares foi de maior grandeza (-436 M€). Como contributo favorável para a comparação entre a composição do resultado em 2024 e em 2025, destaca-se ainda a redução homóloga de 52% (-164 M€) dos montantes líquidos afetos a provisões e imparidades, que permitiu a redução do rácio de custo do risco de crédito para 0,14% (-5 p.b face a março de 2024). O rácio cost-to-income aumentou 3,5 p.p. face ao período homólogo, para 42,8%, resultado de um aumento de 5,4% dos custos operacionais e de uma redução de 3,3% no produto bancário.

A qualidade do crédito registou uma evolução favorável na medida em que, segundo o Banco de Portugal, o rácio de NPL em Portugal desceu de 2,4% em dezembro de 2024 para 2,3% em março de 2025 (estava em 2,7% em março de 2024), refletindo a ligeira redução dos NPL num quadro de estabilização dos empréstimos produtivos. No crédito a empresas, o rácio de NPL

diminuiu para 4,0% em março de 2025 (4,2% em dezembro de 2024 e 5,0% em março de 2024). O rácio NPL no crédito a particulares situou-se nos 2,3% em março de 2025, sem alterações face a dezembro de 2024, observando-se uma descida para 1,2% do rácio NPL do crédito à habitação (1,3% em dezembro de 2024) e uma subida para 6,2% no rácio NPL do crédito ao consumo (6,1% em dezembro de 2024). O stock dos créditos em stage 2 situou-se em 9,4% do total dos empréstimos, diminuindo 0,3 p.p. face a dezembro de 2024, fruto da diminuição de 0,4 p.p. no segmento de empresas, para 11,8%, que manteve a tendência descendente iniciada após o máximo observado em setembro de 2021 (19%), assim como da estabilização registada no segmento de particulares, nos 8,9% após três trimestres de descidas consecutivas, que se sucederam ao pico registado em março de 2024 (10,5%). O peso dos créditos em Stage 2 nos stocks de crédito à habitação e de consumo manteve-se em 8,3% e 11,2% respetivamente, após três diminuições consecutivas desde o pico de mar-24, quando o crédito à habitação se situou em 9,9% e o crédito ao consumo em 12,7%.

A liquidez do sistema tem beneficiado do crescimento da base de depósitos do setor privado (particulares e empresas não financeiras), que atingiu cerca de 266 mM€ em junho de 2025, o valor mais elevado desde dez-79, muito influenciado pelo crescente rendimento disponível das famílias, apesar do sentido decrescente das taxas de remuneração dos novos depósitos a prazo.

No que respeita ao financiamento à economia, destaca-se o crescimento do crédito concedido a particulares, quer na finalidade de habitação, onde a média mensal da produção média nos primeiros 6 meses de 2025 (aproximadamente 1,1 mM€) mais do que duplicou a registada em 2024 (perto de 0,5 mM€), com o contributo quer do maior peso dos créditos concedidos sem renegociação no total de contratações (71% em dezembro de 2024 e 81% em junho de 2025), quer do menor peso das amortizações antecipadas no total de créditos sem renegociação (55% em dezembro de 2024 e 40% em junho de 2025). Releva, ainda, que os contratos com mutuários com idade até 35 anos representaram, entre janeiro de junho de 2025, 58,9% de todo o montante concedido em novos contratos nesse período (54,7% no número de contratos) e que os contratos abrangidos pela garantia do Estado (Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de julho, regulamentado pela Portaria n.º 236-A/2024/1, de 27 de setembro) corresponderam a 37,4% do número de contratos e a 39,8% do total do montante contratado para aquisição de HPP celebrados com jovens até aos 35 anos. Entre janeiro e junho de 2025 foram contratados 2,1 mil milhões de euros em crédito à habitação com garantia do Estado (10,7 mil contratos de crédito à habitação própria e permanente), estando, no final desse período, utilizados 25,9% (280 milhões de euros) do montante total atribuído pelo Estado para garantia no âmbito deste regime. Por outro lado, o crédito às empresas registou um crescimento de 2,8% em 2025 (+2 mM€ face ao saldo de dezembro de 2024), 80% do qual a microempresas. Quanto ao setor de atividade, as “outras atividades” (que englobam agricultura, pescas e serviços) e “construção e atividades imobiliárias” continuam a ser os agregados que apresentam taxas de variação anual mais significativas (crescimento anual de 7,7% e 7,1%, respetivamente, em jun-25), sendo que o agregado mais significativo em volume de crédito concedido continua a ser o “Comércio, Transportes, Restauração e Hotelaria” (33,5% do total em junho de 2025).

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, doravante denominado Fundo ou Montepio Tesouraria, iniciou a sua atividade em 27 de setembro de 1993, tendo como objetivo a garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco. O património do Fundo é constituído por obrigações, instrumentos de mercado monetário, depósitos bancários e unidades de participação de outros fundos. O Fundo deterá em permanência entre 50% e 85% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses, não podendo os depósitos bancários exceder 50% do valor líquido global do Fundo.

O Montepio Tesouraria não pode investir em metais preciosos nem certificados representativos destes, ações, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmam o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações, títulos de dívida subordinada, títulos de participação, instrumentos financeiros derivados com finalidade diversa da cobertura de risco e unidades de participação de fundos cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos ativos referidos.

As aplicações em obrigações de taxa fixa (incluindo os ativos subjacentes a futuros de taxa de juro) não sujeitas a qualquer tipo de cobertura do risco de taxa de juro, não representam mais do que 25% do valor global da carteira. O Montepio Tesouraria investirá em títulos de dívida de obrigações de Empresas ou de Estados com qualidade creditícia de *“investment grade”*, recorrendo a informação financeira considerada relevante e adequada ao processo de investimento, tendo presente os objetivos de risco e retorno.

O Fundo pode deter ativos denominados em moedas não Euro, mas recorrerá aos instrumentos derivados financeiros adequados para a cobertura total do risco cambial. Adicionalmente, e com carácter pontual, o Fundo pode utilizar instrumentos financeiros derivados com finalidade de cobertura de risco de taxa de juro.

O Fundo não pode deter mais de 10% do seu valor líquido global em Unidades de Participação de outros fundos.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o Fundo pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em

consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglês de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-activos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o Fundo não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente características ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (“Regulamento SFDR”).

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do Fundo no 1º semestre de 2025 foi de 0,90%, para a Classe A, e de 1,00%, para a Classe I, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Classe A			
Ano	Rentabilidade	Classe de Risco	
		ISRR	ISR
2015	0,46%	Classe 1	
2016	0,47%	Classe 1	
2017	0,59%	Classe 1	
2018	-1,05%	Classe 1	
2019	0,33%	Classe 1	
2020	-0,32%	Classe 2	
2021	-0,59%	Classe 1	
2022	-1,29%	Classe 1	
2023	2,51%	-	Classe 1
2024	2,99%	-	Classe 1

Classe I			
Ano	Rentabilidade	Classe de Risco	
		ISRR	ISR
2023	2,51%	-	Classe 1
2024	2,99%	-	Classe 1

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

¹ Classe I com início de comercialização em outubro de 2023, pelo que sem histórico.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração² (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco³ (ISR), apresentado na última linha da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do Fundo.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 1), corresponde à mais baixa categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 30 de junho de 2025, de 287,4 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Categoria A			
Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2020	61 622 118,59	648 159,3601	95,0725
2021	49 681 110,40	525 684,4785	94,5075
2022	43 193 720,03	463 016,5822	93,2876
2023	83 456 866,33	872 755,4108	95,6246
2024	195 190 368,26	1 981 931,5805	98,4849
30/06/2025	275 836 422,01	2 775 519,1994	99,3819

Categoria I			
Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2023	55 317 575,05	578 256,5280	95,6627
2024	26 537 544,04	268 789,3967	98,7299
30/06/2025	11 575 630,24	116 071,1562	99,7287

Totais - Categorias A e I		
Anos	VLGF (€)	# UP em circulação
2023	138 774 441,38	1 451 011,9388
2024	221 727 912,30	2 250 720,9772
30/06/2025	287 412 052,25	2 891 590,3556

² Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

³ Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do Fundo, conforme identificado no Prospecto, designadamente, comissão de subscrição (0%) e comissão de resgate (0%).

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2025.

	2022	2023	2024	30/06/2025
Proveitos	544 335,26	2 919 582,54	8 439 556,46	4 424 391,35
Custos	1 145 764,35	1 173 877,62	3 417 367,88	2 171 660,80
Resultado Líquido	(601 429,09)	1 745 704,92	5 022 188,58	2 252 730,55

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2022	2023	2024	30/06/2025
Comissão de Gestão	92 974,59	190 016,69	522 345,88	313 415,43
Comissão de Depósito	23 706,92	33 277,95	89 036,41	64 058,68
Comissão de Comercialização	181 279,80	256 682,19	645 383,61	569 779,23
Taxa de supervisão	7 132,81	10 390,95	25 045,56	18 770,67
Custos de auditoria	4 786,55	3 461,84	7 608,16	2 752,29
Comissão de carteira de títulos	869,00	432,60	370,59	238,92

(valores em Euros)

Lisboa, 21 de agosto de 2025

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	ATIVO DESIGNAÇÃO	2025					CÓDIGO	PASSIVO DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			2025	2024
CARTEIRA DE TÍTULOS										
21	OBRIGAÇÕES	224 227 291,99	477 238,35		217 046,04	224 487 484,30	124 985 507,45	61	CAPITAL DO OIC	
22	AÇÕES							62	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	149 339 074,78
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL							64	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	39 889 162,39
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO							65	RESULTADOS TRANSITADOS	95 931 084,53
25	DIREITOS								RESULTADOS DISTRIBUÍDOS	90 908 895,95
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	4 284 921,61	5 745,05		117,96	4 290 548,70	5 282 895,61	66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2 252 730,55
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	228 512 213,60	482 983,40		217 164,00	228 778 033,00	130 268 403,06		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	287 412 052,25
OUTROS ATIVOS										
31	OUTROS ATIVOS							48	PROVISÕES ACUMULADAS	0,00
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0,00
TERCEIROS										
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES								TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0,00	0,00		0,00	0,00				
DISPONIBILIDADES										
11	CAIXA							421	TERCEIROS	
12	DEPÓSITOS À ORDEM	21 707 543,78				21 707 543,78	9 344 787,68	422	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISOS	41 407 700,00				41 407 700,00	31 864 800,00	423	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES	
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO							424+...+429	COMISSÕES A PAGAR	178 238,69
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS							43+12	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	5 009 087,55
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	63 115 243,78				63 115 243,78	41 209 587,68		EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	2 995 381,28
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
51	ACRÉSCIMOS DE PROJETOS	703 058,41				703 058,41	858 152,04	55	TOTAL DOS VALORES A PAGAR	5 187 326,24
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO	3 043,30				3 043,30		56	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							56	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS							58	RECEITAS COM PROJETO DIFERIDO	
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	706 101,71				706 101,71	858 152,04	59	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	TOTAL DO ATIVO	292 333 559,09	482 983,40		217 164,00	292 599 378,49	172 336 142,78		CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS	0,00
									TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	292 599 378,49
										172 336 142,78
Total do Número de Unidades de Participação Categoria A						2 775 519,1994	1 370 534,9722	Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria A		
Total do Número de Unidades de Participação Categoria I						116 071,1562	370 966,8239	Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria I		

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE JUNHO 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	CUSTOS E PERDAS DESIGNAÇÃO	Período		CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS DESIGNAÇÃO	Período				
		2025	2024			2025	2024			
CUSTOS E PERDAS CORRENTES										
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:										
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	242 321,69	146 446,67	812+813	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES					
711+714+717+718	De Operações Correntes	666,27	172,38	811+814+817+818	JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:					
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	2 196 326,25	1 751 774,09			
COMISSÕES E TAXAS										
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	238,92	212,14	822+...+824/5	JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:					
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	929 591,18	511 009,45	829	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	578 630,73	630 990,12			
729	De Operações Extrapatrimoniais				De Operações Extrapatrimoniais					
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS										
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	917 783,70	703 087,29	832+833+837	RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS					
731+738	Outras, de Operações Correntes			831+838	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 628 440,93	1 386 603,42			
739	De Operações Extrapatrimoniais			839	De Operações Extrapatrimoniais					
IMPOSTOS										
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento			851	GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					
7412+7422	Impostos Indiretos	77 740,51	57 303,43		Da carteira de Títulos e Outros Ativos					
7418+7428	Outros Impostos				Outras, de Operações Correntes					
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO				De Operações Extrapatrimoniais					
751	Provisões para encargos			87	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES					
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	3 318,53	5 561,47		Provisões para encargos					
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		2 171 660,80	1 423 792,83	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		4 403 397,91	3 769 367,63			
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS										
781	Valores incobráveis			PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS						
782	Perdas extraordinárias			881	Recuperação de Incobráveis					
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			882	Ganhos Extraordinários					
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			883	Ganhos de Exercícios Anteriores	20 993,44	0,00			
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)		0,00	0,00	884...888	Outros Ganhos Eventuais					
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO			TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)		20 993,44	0,00			
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	2 252 730,55	2 345 574,80	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)					
TOTAL		4 424 391,35	3 769 367,63	TOTAL		4 424 391,35	3 769 367,63			
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 664 422,87	2 288 631,41	D-C	Resultados Eventuais	20 993,44	0,00			
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0,00	0,00	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	2 330 471,06	2 402 878,23			
B-A	Resultados Correntes	2 231 737,11	2 345 574,80	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	2 252 730,55	2 345 574,80			

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA JUNHO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período		Período	
	De 2025-01-01 a 2025-06-30		De 2024-01-01 a 2024-06-30	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS				
Subscrição de unidades de participação	182 871 744,50		86 835 138,91	
	182 871 744,50		86 835 138,91	
PAGAMENTOS				
Resgates de unidades de participação	119 440 335,09		58 717 000,71	
	119 440 335,09		58 717 000,71	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	63 431 409,41		28 118 138,20	
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS				
Venda de títulos e outros ativos			11 054 974,13	
Reembolso de Títulos e outros ativos	268 990 983,10		140 762 518,22	
Juros e proveitos similares recebidos	2 237 789,20		1 635 186,05	
Outros recebimentos da carteira de títulos	0,71		0,28	
	271 228 773,01		153 452 678,68	
PAGAMENTOS				
Compra de títulos e outros ativos	318 951 954,32		177 753 186,91	
Juros e custos similares pagos	242 321,42		146 446,62	
Outras taxas e comissões	239,62		212,42	
	319 194 515,36		177 899 845,95	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	(47 965 742,35)		(24 447 167,27)	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS				
Juros de Depósitos Bancários	622 115,23		504 779,14	
Outros recebimentos de operações correntes		622 115,23		504 779,14
PAGAMENTOS				
Comissão de Gestão	307 012,47		243 221,93	
Juros Disp./Emprest.			2,00	
Comissão de Comercialização	537 779,29		224 529,83	
Comissão de Depósito	61 803,27		37 038,81	
Impostos e taxas	73 574,87		44 664,09	
Outros pag. Operações correntes	3 466,78		3 357,30	
	983 636,68		552 813,96	
Fluxo das operações de Gestão Corrente	(361 521,45)		(48 034,82)	
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS				
Valores de exercícios anteriores	34 718,15		34 718,15	
	34 718,15		0,00	
Fluxo das operações eventuais		34 718,15		0,00
Saldo dos Fluxos Monetários do Período	15 138 863,76		3 622 936,11	
Disponibilidades no Início do Período	6 568 680,02		5 721 851,57	
Disponibilidades no Fim do Período	21 707 543,78		9 344 787,68	

 O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

 O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM**30 DE JUNHO DE 2025****(Montantes expressos em Euros - €)****INTRODUÇÃO**

O Montepio Tesouraria Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (Fundo), iniciou a sua atividade em 27 de setembro de 1993. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objetivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que das mesmas pretendam fazer aplicações predominantemente no curto prazo e de elevada liquidez.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 – Capital do Fundo

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	(Valores em €) Saldo em 30-06-2025
		Categoria A	Categoria I	Categoria A	Categoria I				
Valor base	124 092 240,93	90 116 530,32	3 870 382,51	50 532 538,58	18 207 540,40				149 339 074,78
Diferença p/ Valor Base	1 704 586,83	88 655 242,63	229 589,04	49 707 796,51	992 459,60				39 889 162,39
Resultados distribuídos	0,00								
Resultados acumulados	90 908 895,96								95 931 084,53
Resultados do período	5 022 188,58								2 252 730,55
	221 727 912,30	178 771 772,95	4 099 971,55	100 240 335,09	19 200 000,00	0,00	0,00	2 252 730,55	2 252 730,55
Nº unidades de participação									287 412 052,25
Categoria A	1 981 931,5805	1 806 673,8498		1 013 086,2309					2 775 519,1994
Categoria I	268 789,3967		41 227,0000		193 945,2405				116 071,1562
Valor da unidade de participação									
Categoria A	98,4899	98,9508		98,9455					99,3819
Categoria I	98,7299		99,4487		98,9970				99,7287

Nota 1 - Quadro 3

A evolução mensal do valor do Fundo e do valor da unidade de participação no período de seis meses foi o seguinte:

CATEGORIA A

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	209 811 442,32	98,6719	2 126 355,0611
Fevereiro	218 041 872,37	98,8216	2 206 418,7277
Março	240 640 078,40	98,9750	2 431 321,7244
Abril	245 256 884,71	99,0824	2 475 282,8195
Maio	261 177 511,41	99,2359	2 631 884,4470
Junho	275 836 422,01	99,3819	2 775 519,1994

CATEGORIA I

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	16 586 413,97	98,9348	167 650,0051
Fevereiro	9 911 409,09	99,1007	100 013,4955
Março	9 928 546,96	99,2721	100 013,4955
Abril	7 439 265,60	99,3967	74 844,1562
Maio	11 556 831,18	99,5668	116 071,1562
Junho	11 575 630,24	99,7287	116 071,1562

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2025 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA
em 30 de junho de 2025

Montepio Tesouraria (Consolidado)						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
PGB Float 23/07/25	20 000	49.10		20 049.10	318.53	20 367.63
BTF 0% 02/07/2025	11 418 187	81 180.89		11 499 367.50		11 499 367.50
SGLT 0 04/07/2025	19 320 518	177 434.95		19 497 952.50		19 497 952.50
BOTS 0% 14/07/2025	2 470 295	28 104.59		2 498 400.00		2 498 400.00
PORTB 0% 19/09/2025	13 867 480	72 950.29		13 940 430.00		13 940 430.00
SGLT 0% 10/10/2025	2 478 942	7 758.27		2 486 700.00		2 486 700.00
BTF 0% 20/08/2025	3 977 856	11 463.62		3 989 320.00		3 989 320.00
PORTB 0% 21/11/2025	14 843 828	41 871.90		14 885 700.00		14 885 700.00
BTF 0% 17/12/2025	9 407 245	7 587.34		9 414 832.50		9 414 832.50
Sub-Total:	77 804 351	428 400.95	0.00	78 232 751.60	318.53	78 233 070.13
01.01.03 - Obrigações diversas						
UNANA 0.875% 31/7/25	1 487 455	10 730.09		1 498 185.00	12 046.23	1 510 231.23
MCD 2.875% 17/12/25	1 002 590	945.00		1 003 535.00	15 438.36	1 018 973.36
ACAFP 0.375 21/10/25	2 072 029	16 452.50		2 088 481.50	5 458.56	2 093 940.06
EDPPL 1.875 13/10/25	1 693 792	4 083.00		1 697 875.00	22 792.81	1 720 667.81
BMO Float 12/04/2027	3 501 001	2 586.50		3 503 587.50	20 740.42	3 524 327.92
BBVASM Flt 11/26/25	2 629 384		-19 789.60	2 609 594.00	7 927.40	2 617 521.40
BBVASM Flt 07/06/27	1 502 300	662.50		1 502 962.50	2 203.67	1 505 166.17
SANTAN Float 29/1/26	2 401 291	4 913.00		2 406 204.00	11 986.80	2 418 190.80
LLOYDS Float 05/3/27	2 810 810		-5 028.30	2 805 782.00	5 401.36	2 811 183.36
BNP Float 20/03/26	3 106 377		-3 029.00	3 103 348.00	2 191.87	3 105 539.87
BNP Float 20/03/2029	600 540		-228.00	600 312.00	506.73	600 818.73
HSBC Float 24/09/26	2 733 211		-28 054.00	2 705 157.00	1 592.85	2 706 749.85
MS Float 19/03/27	5 113 332		-3 234.00	5 110 098.00	4 151.40	5 114 249.40
GS Float 23/01/2029	4 010 152		-2 172.00	4 007 980.00	22 869.67	4 030 849.67
BAC Float 22/09/26	6 974 569		-42 043.30	6 932 525.20	4 668.69	6 937 193.89
C Float 14/05/2028	3 504 048		-862.60	3 503 185.00	12 782.00	3 515 967.00
TD Float 16/04/2026	2 303 065		-822.90	2 302 242.50	12 779.82	2 315 022.32
TD Float 10/09/2027	901 250	181.00		901 431.00	1 332.98	902 763.98
SRGIM Float 15/04/26	1 403 710		-2 198.00	1 401 512.00	8 022.12	1 409 534.12
NWG Float 13/01/2026	1 513 247		-6 624.50	1 506 622.50	10 546.25	1 517 168.75
NWG Float 09/01/2026	2 309 969		-4 771.00	2 305 198.00	15 706.83	2 320 904.83
NWG Float 11/06/2028	1 401 265	667.00		1 401 932.00	1 987.22	1 403 919.22
SOCGEN Float 19/1/26	4 113 757		-6 582.00	4 107 175.00	21 812.00	4 128 987.00
TOYOTA Flt 08/31/25	2 306 382		-5 370.00	2 301 012.00	4 806.49	2 305 818.49
TOYOTA Float 09/2/27	1 914 380		-6 742.00	1 907 638.00	7 916.14	1 915 554.14
BNS Float 12/12/25	1 405 818		-3 704.00	1 402 114.00	1 828.01	1 403 942.01
A Transportar	142 520 074	469 621.54	-141 255.20	142 848 440.30	239 815.21	143 088 255.51

INVENTÁRIO DA CARTEIRA
em 30 de junho de 2025

Montepio Tesouraria (Consolidado)						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
BNS Float 10/06/2027	2 603 580	268.40		2 603 848.00	3 774.98	2 607 622.98
BNS Float 06/03/29	1 496 802	2 140.50		1 498 942.50	2 822.92	1 501 765.42
RY Float 02/07/2028	6 603 385		-4 935.80	6 598 449.00	48 444.00	6 646 893.00
NACN Float 06/03/26	2 205 140		-2 060.00	2 203 080.00	3 681.94	2 206 761.94
NACN Float 10/3/2029	501 220		-530.00	500 690.00	819.29	501 509.29
ANZ Float 21/05/2027	6 308 354	1 568.21		6 309 922.50	16 348.75	6 326 271.25
ABNANV Float 15/1/27	6 641 391		-8 655.20	6 632 736.00	40 641.88	6 673 377.88
CAT Float 08/12/2025	602 354		-1 715.00	600 639.00	844.80	601 483.80
CAT Float 10/06/2027	1 503 105		-555.00	1 502 550.00	2 037.88	1 504 587.88
BACR Float 08/05/28	3 809 390		-4 240.90	3 805 149.00	16 775.10	3 821 924.10
SIEGR Float 18/12/25	2 108 474		-7 140.50	2 101 333.50	1 691.84	2 103 025.34
SIEGR Float 27/05/27	1 401 752		-597.00	1 401 155.00	3 185.00	1 404 340.00
UCGIM Float 20/11/28	4 706 389	3 504.70		4 709 893.50	13 724.90	4 723 618.40
RABOBK Float 11/3/26	1 309 327		-2 001.50	1 307 325.50	5 652.18	1 312 977.68
RABOBK Float 16/7/28	2 900 611		-1 916.00	2 898 695.00	17 276.91	2 915 971.91
VW Float 27/03/2026	4 016 038		-10 138.00	4 005 900.00	1 174.67	4 007 074.67
NDAFH Float 21/02/29	1 502 186		-191.00	1 501 995.00	4 655.21	1 506 650.21
CABKSM Flt 19/09/28	3 107 896		-2 238.51	3 105 657.50	2 710.43	3 108 367.93
BFCM Float 12/01/26	2 106 887		-3 768.50	2 103 118.50	12 353.25	2 115 471.75
BFCM Float 05/3/2027	904 550		-418.50	904 131.00	1 697.15	905 828.15
ISPIM Float 16/11/25	905 807		-3 561.50	902 245.50	3 383.30	905 628.80
ISPIM Float 16/04/27	6 320 965		-2 789.50	6 318 175.50	37 931.60	6 356 107.10
INTNED Flt 02/10/26	1 310 364		-3 213.50	1 307 150.00	9 737.00	1 316 887.00
BMW Float 11/07/2025	1 300 372		-79.83	1 300 292.50	7 315.43	1 307 607.93
BMW Float 05/06/26	3 200 724		-4 067.60	3 196 656.00	4 924.98	3 201 580.98
JPM Float 06/06/2028	2 206 746		-2 533.00	2 204 213.00	3 926.39	2 208 139.39
MBGGR Float 29/09/25	599 979	84.00		600 063.00	36.33	600 099.33
OPBANK Flt 11/21/25	902 237		-882.50	901 354.50	2 618.88	903 973.38
MBGGR Float 09/04/26	3 201 924		-3 316.00	3 198 608.00	18 828.09	3 217 436.09
CM Float 29/01/2027	1 309 532		-2 999.00	1 306 532.50	6 538.35	1 313 070.85
OPBANK Flt 28/03/27	1 503 212		-1 217.00	1 501 995.00	99.17	1 502 094.17
RBOSGR Flt 28/11/26	600 828		-30.00	600 798.00	1 410.43	602 208.43
CM Float 18/10/2028	2 005 699	51.00		2 005 750.00	11 806.67	2 017 556.67
Sub-Total:	146 422 941	48 837.40	-217 046.04	146 254 732.70	548 366.38	146 803 099.08
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.11 - Papel comercial						
ECP REN 2.20%31Jul25	3 288 345	5 745.05		3 294 089.70		3 294 089.70
ECP BKint.1.99%3/set	996 577		-117.96	996 459.00		996 459.00
Sub-Total:	4 284 922	5 745.05	-117.96	4 290 548.70	0.00	4 290 548.70
Total	228 512 214	482 983.40	-217 164.00	228 778 033.00	548 684.91	229 326 717.91

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foi o seguinte:

CONTAS	SALDO 31-12-2024	AUMENTOS	REDUÇÕES	(Valores em €)	
				SALDO 30-06-2025	
Caixa					
Depósitos à ordem	6 568 680,02	464 774 060,36	449 635 196,60	21 707 543,78	
Depósitos a prazo e com pré-aviso	39 651 600,00	140 702 600,00	138 946 500,00	41 407 700,00	
Certificados de depósito					
Outras contas de disponibilidades					
Total	46 220 280,02	605 476 660,36	588 581 696,60	63 115 243,78	

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de ativos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 0,70% anual na Classe A e 0,50% anual na Classe I, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão, a comissão cobrada anualmente é de 0.475%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

Em 30 de junho de 2025, os prazos residuais até à data de vencimento dos títulos de taxa fixa, incluindo papel comercial, apresentavam a seguinte estrutura:

Maturidade	Valor da Carteira €
De 0 a 1 ano	6 288 076,50
	6 288 076,50

Nota 15 – Diversos Custos Imputados ao Fundo no 1º Semestre de 2025

Os diversos custos imputados ao Fundo em 30 de junho de 2025 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2025	Categoria A		Categoria I	
	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	866 514,69	0,37%	16 679,96	0,13%
Componente Fixa	866 514,69	0,37%	16 679,96	0,13%
Componente Variável	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Comissão de Comercialização	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Comissão de Depósito	60 649,47	0,03%	3 409,20	0,03%
Custos de auditoria	2 605,81	0,00%	146,48	0,00%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	39 109,29	0,02%	2 198,39	0,02%
Outros encargos	536,10	0,00%	30,14	0,00%
Total	987 187,07	0,42%	23 463,15	0,18%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0,42%		0,18%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 17 – Outra informação relevante do OIC

O primeiro semestre de 2025 foi marcado pelo deflagrar da guerra comercial global espoletada pelo Presidente dos EUA, que numa primeira fase veio provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, com as economias a acabarem, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2025 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2025
Órgãos de Gestão	245 427,24 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	785 740,06 €
Nº de colaboradores	32

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 21 de agosto de 2025

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (o “OIC”), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 292 599 378 euros e um total de capital do OIC de 287 412 052 euros, incluindo um resultado líquido de 2 252 731 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

- relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

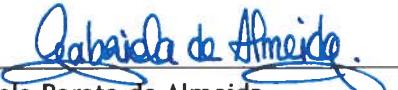
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2025


Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC